

A GREVE DE 1917 EM RECIFE¹

ALUIZIO FRANCO MOREIRA²

Resumo: As crises econômicas e políticas que condicionaram a eclosão da Primeira Guerra Mundial, atingiram as classes trabalhadoras de vários países da Europa e da América Latina. No Brasil, o ano de 1917 significou um grande avanço do movimento operário em nosso país, pois é exatamente nesse ano que acontece a primeira greve de caráter nacional que atinge vários Estados da Federação. Em Pernambuco o movimento grevista iniciado no Recife, se estende por vários municípios pernambucanos, paralisando importantes setores da economia local.

Palavras-chave: Movimento operário em Pernambuco. Greve geral de 1917 no Recife.

Abstract: Economic and political crises up to WWI affected working classes both in Europe and Latin America. In Brazil, 1917 witnessed a great development in labor movement, with the first national strike organized in various states. In Pernambuco, the strike began in Recife

¹ Versão revisada do artigo publicado In: Caderno de História : Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco. Recife : UFPE, 1987, p. 20-42.

² Professor aposentado da UFCG-PB, atualmente professor da Faculdade Salesiana do Nordeste - FASNE.

and spread out to other cities, paralyzing important sectors of local economy.

Keywords: Labor movement in Pernambuco. General strike of 1917 in Recife.

Introdução

Dos longos cinco anos (1914-1918) de conflito armado que envolveu direta ou indiretamente toda a humanidade, é no ano de 1917 que a crise mundial vai atingir o seu ponto mais alto. As perdas materiais eram incalculáveis: milhões de vidas humanas tinham sucumbido, vítimas de epidemias, fome, ou nos campos de batalha. O baixo nível de vida das populações européias das cidades e dos campos, chegara a proporções espantosas. O agravamento dessa situação provocou uma ascensão do movimento operário nos principais países capitalistas da Europa: na Alemanha, 300.000 operários das usinas metalúrgicas se declaram em greve; 50.000 operários da bacia do Loire, na França, paralisam suas atividades; na Inglaterra, greves operárias, irrompem sucessivamente. E naquele mesmo ano, na Rússia, os conflitos que eclodem nos primeiros anos de 1917, culminam com a tomada do poder pelos soviets dos Operários, Soldados e Camponeses.

A América Latina não ficaria imune à crise: estouram greves dos ferroviários na Argentina, dos alfaiates no Equador, dos ferroviários em Cuba, dos trabalhadores do açúcar em Porto Rico.

No Brasil, o fato de sermos um país fornecedor de alguns produtos agrícolas exportáveis, nos tornara bastante vulneráveis às flutuações do mercado internacional, sobretudo pelo retraimento da demanda no mercado externo. O reflexo disso atingirá diretamente a maioria da população brasileira que sentirá os efeitos da situação internacional, sobretudo pelo aumento dos preços dos nossos produtos no mercado interno, agravado pelo aumento dos impostos. O segundo semestre de 1917 é marcado por greves que envolvem milhares de trabalhadores em vários Estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

A trajetória grevista no Recife

As lutas operárias em Pernambuco, que atingiram seu ponto mais alto nos meses do agosto/setembro de 1917, foram precedidas por uma ou outra manifestação que aconteceu no início daquele ano, embora de forma um tanto quanto cautelosa, para se definir mais claramente a partir da primeira semana de agosto.

A resolução dos proprietários das fábricas “CAXIAS” e “LAFAYETTE” de parar suas atividades em protesto contra o aumento do imposto federal sobre o cigarro e o fumo, o que significaria deixar centenas de operários desempregados, seria o primeiro motivo de insatisfação da classe trabalhadora.

No dia 5 de janeiro, uma comissão composta de operários daquelas fábricas, entre eles, RAUL DE ALBUQUERQUE MELLO, FRANCISCO SORIANO DA SILVA e JOSÉ TIBURTINO DE SIQUEIRA, é “designada para (se) entender com o exmo. sr. Dr. Manoel Borba, governador do Estado, afim de (que s. excia. intercedesse) junto ao Ministro da Fazenda, para amenizar a premente situação em que se encontram os operários das diversas fábricas de cigarros do Estado.”¹ Feita a comissão e determinado seu objetivo, uma reunião é convocada pedindo o comparecimento de “todos os colegas de trabalho em frente das mesmas (fábricas) que ainda se encontram fechadas”, com a finalidade de por em prática um entendimento entre o governo do Estado, os proprietários e “o delegado fiscal” para solucionar o problema. As notícias param aí.

O tempo passa. Na mais perfeita “ordem”.

O 1º de maio, estabelecido como o dia de luta do operariado internacional em defesa de seus mais legítimos direitos, também acontece em Pernambuco. Só que o dia de luta é transformado em dia de festa cívica, embora sem desfiles operários e sem portarias-surpresa dando novo aumento de salário. A festa cívica se encerra com uma Conferência no pátio do Terço, no Cinema Ideal. Conferencista: bacharelando Cristiano Cordeiro. Tema da Conferência: Ideais socialistas.² É possível que o operariado pernambucano em formação (grave-se bem!) que assistira à Conferência, tenha saído um pouco mais exaltado, cheio de “ideais socialistas” na cabeça, exigindo a derrubada do governo capitalista. É possível também que os “ideais

socialistas”, soando fundo nos seus ouvidos ficassem fazendo eco até se extinguir dentro das quatro paredes daquele salão, por certo cheio de fumaça.

Mas o mês de maio não passaria incólume. No dia 16, os tripulantes do vapor “TURY ASSU”, ancorado no porto do Recife, se declaram em greve, reivindicando aumento de soldadas. A polícia de Pernambuco intervém. Para o local é imediatamente enviada uma força policial sob o comando do alferes MUNIZ FARIAS. A simples presença daquele contingente é a ducha fria na insatisfação. E calmamente a tripulação retoma ao trabalho desfalcada de um de seus elementos: o chefe paredista é preso e desligado da tripulação, com base num certo Artigo 419, § 9º do Regulamento das Capitanias do Porto.³

Havia no entanto qualquer coisa no ar. Procurado pela Reportagem d’A PROVINCIA, ANTONIO GUIMARÃES, desembargador Chefe de Polícia, afirma a presença de dois anarquistas argentinos na cidade, procedentes do Rio de Janeiro, objetivando levantar um movimento grevista. Segundo o policial, aqueles estrangeiros estiveram na vizinha cidade de Olinda, onde distribuíram “boletim convidando a classe operária do Estado a se declararem em parede”.⁴ Uma vez que a denúncia partira do Chefe de polícia, e só dele, o fato nos leva a duas possibilidades: ou os anarquistas existiram, e o “aparelho de Segurança” da época estava bem informado sobre suas mobilizações, ou o próprio governo, prevendo eclosões de greves no Estado procurava caracterizar, por antecipação, qualquer movimento paredista que viesse a ocorrer, como fruto da ação de elementos subversivos, estranhos ao meio operário.

No Recife, um artigo na seção “O Movimento Operária” publicado n’A PROVINCIA e assinado por J. SPECTADOR assim se expressa se referindo às greves desencadeadas no sul:

Depois que o movimento grevista de São Paulo estendeu-se à Capital do País e a outras capitais e cidades dos Estados do Sul, a opinião pública anda apreensiva esperando, a cada momento, a explosão de um movimento semelhante entre nós.

Ele virá inevitavelmente. A greve paulista foi sintomática a mais, da situação precária do operariado brasileiro. Não foi um movimento local, uma reação circunscrita...⁵

E mais uma vez a ação anarquista é lembrada pelo articulista:

[...] uma coisa, desde já, acentuamos bem: a greve operária repercutirá fatalmente no Norte. Em ondas crespas ou mansas, sem as tonalidades alucinadoras do fermento anarquista (grifo nosso) que de resto não faz adeptos nem borbulhas entre nós, além do mais; por uma inadaptabilidade congênito [sic] à índole de nosso povo.⁶

Pois bem; no mesmo dia em que o referido artigo era publicado, duzentos e pouco operários que trabalhavam na Ilha do Nogueira dirigem ao Vice Diretor da “Société du Port” um memorial solicitando aumento de salários.

No dia 30 de julho a cidade é despertada com notícias e desmentidos de uma eminente greve operária. Boato ou não, o fato é que no dia 31, MARCELINO JOSÉ FERNANDES (apelidado Baiano), motorneiro da Pernambuco Tramways é preso na Avenida Rio Branco e recolhido ao quartel de Santo Antonio por ordem do Chefe de Polícia, sob a acusação de ser um dos chefes de um movimento grevista que estaria marcado para ser desencadeado naquela empresa no dia 1º de agosto.

No dia 14 de agosto, os operários da Great Western dirigem uma carta à redação d’A PROVÍNCIA, pela qual dão a conhecer à Diretoria da empresa a solicitação de um aumento salarial, uma vez que as passagens e fretes foram majorados em 50%. Argumentavam:

Se a crise que atualmente atravessa o mundo impôs à Companhia um aumento nas passagens e fretes para poder se manter, nos pobres empregados, não sentimos com nossas famílias os efeitos desta crise?⁷

No dia seguinte, o Sindicato de Ofícios Vários promove um grande comício na Praça da Independência. Depois de vários ataques por diversos oradores criticando a posição conciliatória da Confederação Operária de Pernambuco (voltaremos ao assunto mais adiante), sempre procurando entendimentos com as autoridades constituídas para solução de problemas operários, são apresentadas as reivindicações dos trabalhadores. São elas, textualmente:

1º - A jornada de 8 horas, aumento de salários e fixação de salário mínimo.

2º - Abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas, só podendo trabalhar nas mesmas as crianças maiores de 14 anos.

3º - Equiparação do salário da mulher ao do homem.

4º - Obrigação dos patrões, nos acidentes de trabalho.

5º - Obrigação dos patrões a subvencionarem aos operários quando impossibilitados de trabalhar por moléstias ou velhice, concorrendo com 70% do respectivo salário.

6º - A higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias, e em todos os departamentos de trabalho.

7º - Diminuição de 30% nos aluguéis das casas.

8º - Diminuição dos preços de locomoção fluviais e terrestres.

9º - Diminuição imediata dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

10º - Pagamento pontual nas oficinas, nas fábricas e em todos os departamentos de trabalho.⁸

As ações operárias não se fizeram esperar. Naquele mesmo dia a primeira greve operária no Estado é deflagrada pelos operários calafetes da CORY BROTHERS, reivindicando aumento de salário. Numa entrevista à reportagem d'A PROVÍNCIA, o contramestre da firma, H. VALÉRIO DOS SANTOS, declara:

Nós há tempos que trabalhamos como calafetes da Casa Cory Brothers, com uma diária de 5\$000.

Atualmente, porém, com a carestia da vida, não podemos continuar a receber essa mesma diária.

Por isso recorremos ao chefe daquela firma, a quem fizemos a nossa reclamação, pedindo aumento de salário. Ele no entanto, não nos atendeu, naturalmente porque não achou justo o nosso pedido.

Diante desse fato, nos declaramos em greve pacífica.

Não queremos perturbar a ordem pública, desejamos o aumento de salário.

Ganhamos por dia 5\$000. Exigimos agora 6\$000, um aumento de 1\$000 em nossa diária.⁹

A situação realmente não era das melhores. Para nenhuma categoria profissional. Os trabalhadores municipais, alegando que a própria Prefeitura do Recife não concedia aumento “há perto de trinta anos”, enviam um ofício ao Prefeito pedindo aumento de vencimentos.

Até então, diante daqueles protestos e reivindicações sucessivas dos trabalhadores, nenhuma reação mais forte se fizera sentir por parte das autoridades, que apenas acompanhavam a movimentação do operariado na capital pernambucana. A demonstração de força viria em seguida.

No último dia do mês de agosto, noticia-se a eminência de uma greve que seria deflagrada na fábrica de Tecidos Paulista. Imediatamente, sob o comando do capitão CARLOS AFFONSO e do alferes JOSÉ MUNIZ DE FARIAS, são deslocadas para o local 90 praças da infantaria e 30 de cavalaria, com o intuito de evitar a eclosão do movimento grevista. A greve realmente não houve. Diante de tal demonstração de força contra simples operários desarmados, não havia outro caminho a não ser a unificação dos movimentos com a participação das mais várias categorias. A tentativa de unificação do movimento operário não demoraria muito, pois no dia 1º de setembro circula amplamente entre os operários pernambucanos um boletim.

AOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO E ÀS CLASSES OPERÁRIAS

Em vista do Sr. governador do Estado não ter tomado nenhuma providência contra a carestia da vida conforme tem prometido, e estarmos fartos de esperar pelas suas promessas vãs, convidamos os empregados do comércio, as classes operárias e o povo em geral para tomar parte em um grande meeting a se realizar no próximo domingo (dia 17) na Praça da Independência, a fim de protestarmos contra a carestia da vida, e pedirmos o fechamento do comércio às 18 horas.

Companheiros, sejamos unidos!!! A União faz a força!!

Ou fazemos greve ou morremos de fome!!

Viva a greve!

Viva a Liberdade! ¹⁰

Naquele sábado, enquanto se discutia o boletim entre os operários e a Associação Comercial rascunhava uma nota contra a realização do *meeting*

marcada para o dia 17 de agosto, uma greve seria deflagrada pelos operários que trabalhavam nas obras da ponte 7 de Setembro.

Após o expediente os trabalhadores daquelas obras se dirigiram normalmente para o barracão a fim de receberem o salário da semana. Obedecem ordenadamente a fila, recebiam, conferiam, enfiavam nos bolsos o magro salário... e esperavam. No final, quando todos os trabalhadores haviam recebido seus mil réis, se declararam em greve por aumento de salário. Reivindicaram e esperaram. E enquanto esperavam uma força policial sob o comando do Capitão JOSÉ PRIMO, subdelegado do distrito, chega ao local. Mas nada pode fazer: a reivindicação dos trabalhadores das obras da ponte tinha sido atendida de imediato. Suas diárias tiveram um aumento em 20%.

A vitória conseguida pelos operários da construção da ponte, naquele dia, foi a pedra de toque no movimento operário. Apresentando aumento de salário, redução de horas diárias de serviço, os pedreiros e ajudantes declararam-se em greve. Mas desta vez não teriam de lutar isoladamente, por setores de atividades, como até então vinha acontecendo no movimento grevista. Uma comissão do Sindicato de Ofícios Vários, do qual os pedreiros eram associados, sob a presidência de JOSÉ DOS SANTOS MINHOCAL, é prontamente formada e percorre toda a cidade, de arrabalde em arrabalde, de obra em obra, pedindo a adesão de todos os pedreiros e ajudantes da construção civil. Defendia a decretação de uma greve geral que deveria durar enquanto durasse a intransigência dos empregadores em atender suas reivindicações.

Ato contínuo, uma reunião é convocada pelo Sindicato a fim de discutir o encaminhamento da greve. Presentes à reunião, o Presidente do órgão, JOSÉ DOS SANTOS MINHOCAL, PEDRO BEZERRA DO MONTE e HERMENEGILDO DA SILVA, que serviram como secretários, PEDRO ALEXANDRINO¹¹, na qualidade de Presidente da União Operária de Afogados, e grande número de trabalhadores da construção civil, que atenderam ao apelo.

À rua Lomas Valentinas, nº. 226, chegam moções de solidariedade aos grevistas. Primeiro dos Alfaiates, depois dos trabalhadores das obras da Ponte 7 de Setembro, enquanto os pintores aderem à greve.

Novamente movimentam-se as forças policiais. Sob a ordem do desembargador, Chefe de polícia, Antonio Guimarães, tropas militares

patrulham as ruas da cidade. E a primeira voz de apoio ao movimento grevista de fora do meio operário, veio a público através d'A PROVÍNCIA, que em editorial do dia 5 de setembro comenta:

A greve pacífica dos pedreiros e ajudantes está desde ontem declarada. Tendo por centro do movimento o Sindicato de Ofícios Vários, os operários das construções civis têm feito sessões, onde se aventam idéias, que são discutidas com interesse.

Ontem à sede desta Sociedade compareceu grande número de pedreiros, ajudantes, carpinteiros, etc., oferecendo solidariedade à causa que ora se defende e anuência de várias medidas resolvidas. Nas sessões realizadas pediram a palavra vários oradores, que, em linguagem simples, mas verdadeira, descreveram ornamento difícil porque passam e o modo seguro de se extinguir tal estado de coisas.

O objetivo dessa classe que se acha em parede, é muito justo.

Pobres párias queimados por um sol de 10 horas (de trabalhos consecutivos), ao deixar o trabalho rude do dia, não acham o conforto no lar, devido ao salário, que não pode fazer face a grande carestia da vida.

O capital, dominando o trabalho, tem reduzido o operário a uma posição de dependente, em alguns países. Aqui no Brasil, porém, as condições do operariado são piores; sem conforto, obrigado a um serviço insano, reclama inutilmente, medidas que lhe minorem a situação.

O operário nacional é o tipo do neurastênico, franzino, que só deseja a conservação da vida para manter a família.

Na sessão efetuada ontem no Sindicato de Ofícios, reuniram-se as seguintes classes: pedreiros, marceneiros, carpinas, carpinteiros, pintores e serventes, os quais embora em atitude pacífica, resolveram só voltar ao trabalho, quando fossem atendidas nas reclamações, já conhecidas do público.¹²

As adesões ao movimento continuam a chegar ao Sindicato de Ofícios Vários: Sociedade dos Marceneiros, Associação dos Artistas Cíveis, Sociedade dos Carpinteiros, algumas oficinas de calçados. Mas não só de adesões vive o Movimento Operário.

O chefe de polícia pessoalmente, acompanhado de forte contingente policial, comparece à sede do Sindicato de Ofícios. Certamente não para hipotecar solidariedade: num ultimatum, exige a dissolução da Comissão de greve e proíbe a realização de reuniões.

A ostentação de força demonstrada pelo aparato policial não intimida José dos Santos Minhocal. De público denuncia e protesta contra a presença de destacamentos policiais nas proximidades da sede de sua organização.

Ao mesmo tempo, tropas são deslocadas para várias fábricas e oficinas, entre elas, a Serraria Moderna, a Cervejaria Pernambucana, a fim de “garantir aos trabalhadores ordeiros que desejassem trabalhar”.

Na sede do Sindicato de Ofícios Vários a movimentação é intensa, apesar das ameaças e pressões da polícia. As sessões continuam. Diversas categorias profissionais se juntam ao movimento. Várias propostas são lidas e debatidas acaloradamente. Vários oradores tomam a palavra. Por fim as propostas são apresentadas para votação e uma delas ganha a adesão da maioria dos trabalhadores: a que defende aumento de 30% no salário, garantia de 70% de diária no caso de acidente, e redução de horas de trabalho. Mas não se consegue aprová-las. Alguns trabalhadores se levantam discordando daquele índice de 30%. As discussões são retomadas. E finalmente chegam a um acordo e desta vez a proposta é aprovada. Com uma alteração: ao invés de 30%, exige-se 50% de aumento salarial.

As mensagens de apoio continuam: dos cigarreiros das fábricas Caxias e Lafayette, da Sociedade dos Estivadores, dos carvoeiros da Casa Cory Brothers, do Sindicato da Construção Civil da Várzea, de oficinas de barraqueiros, de oficinas de malas, dos estaleiros.

Naquele mesmo dia, uma comissão é nomeada pela União dos Estivadores para negociar com as companhias marítimas, enquanto os carvoeiros, de imediato se declaram em greve, para só depois formar uma comissão com o objetivo de se entender com os patrões. E nos dois casos, não se consegue dobrar a intransigência dos empregadores: as companhias marítimas prometem consultar seus agentes, no Rio de Janeiro, e fica nisso; os carvoeiros recebem dos seus, um categórico NÃO!

No final da tarde do dia 5 de setembro, um boletim é distribuído pelo Sindicato de Ofícios Vários. Ei-lo:

AOS OPERÁRIOS - Companheiros! ...

Felizmente é chegado o momento de despertarmos desta funesta letargia em que nos achamos desde eras remotas. É preciso que o operário de hoje não se considere somente uma máquina de trabalho.

Não! ... Assim como o burguês que nada produziu e tem o direito de tudo consumir e tudo gosar, nós também que somos a força produtiva do globo terrestre temos também o direito de gosar ao menos uma terça parte da força produtiva dos nossos braços.

E neste sentido é preciso que todos nós, num brado unísono que retumbe em toda parte deste orbe, lavre o nosso protesto.

Na sede do Sindicato de Ofícios Vários, à Rua Lomas Valentinas nº. 164, estamos em sessões parciais em defesa dos Companheiros da Construção Civil e de todos os operários em geral para obtermos o aumento de nossos salários e diminuição nas horas de trabalho.

Avante Companheiros
União e Solidariedade!¹³

As negociações diretas continuam. O Sindicato de Marceneiros e Classes Anexas envia à Serraria Moderna o seguinte Ofício:

O Sindicato de Marceneiros e Classes Anexas, representando a maioria dos operários dessa fábrica, em Assembléia Geral hoje realizada, resolveu que sendo solidários com os companheiros da Construção Civil, adotam a tabela pelos mesmos apresentada que é a seguinte:

- a) aumento de 50% nos respectivos salários
- b) abolir o trabalho por empreitada
- c) jornada de oito horas de trabalho, sendo preferível a redução nas seguintes condições: entrada para o serviço às 7 horas e retirada às 4 horas
- d) por motivo de moléstia ou acidente de trabalho, perceberemos setenta por cento dos respectivos salários, e nestes termos espera de V. S. o que for justo.

A Diretoria

Recife, 5 de setembro de 1917.¹⁴

Pressões de um lado, pressões de outro, os trabalhadores, em consonância com a atitude do Sindicato de Ofícios Vários, continuam se mobilizando. Várias oficinas, entre elas as de Marcenaria, Tanoeiros, Ferreiros, Carroçaria, enviam seus apoios aos grevistas. E esses apoios acontecem de várias formas: 1.200 pedreiros em Camaragibe se solidarizam com o movimento entrando em greve.

Os patrões não perdem tempo. Diante do alastramento do conflito, proprietários de fábricas e oficinas solicitam garantias às autoridades policiais. E forças da cavalaria começam a dispersar agrupamentos de operários em qualquer ponto da cidade.

As operárias cigarreiras, postadas em frente das fábricas Caxias e Lafayette, conclamam “todas as companheiras da classe” para uma reunião no dia 6 que se realizaria no Liceu de Artes e Ofícios, com vistas a discutirem “as bases de um memorial que será dirigido aos proprietários das fábricas de cigarros”. Assinam a convocatória, entre outros, as operárias: MARIA ANGELINA, MARIA JOSÉ BARRETO, SEVERINA SANTOS, JOANNA FERMINO DOS SANTOS, MARIA DA PAZ SANTIANA, MARIA JOVENTINA DE SANTA CRUZ, ESMERALDINA MARIA DE SANT’ANA. Estava marcada a presença da operária pernambucana no movimento grevista.

As pressões sobre o movimento operário, as tentativas de dividi-lo pela força ou pelo engodo são largamente utilizadas. É neste sentido que o silêncio em que se tinha mantido Manoel Borba é quebrado. Através da imprensa, promete “defender a maior parte dos operários (que se) recusa a acceder a essa campanha” grevista, pois os trabalhadores são vítimas de “expediente de cabala” que, invadindo as fábricas e oficinas, iludem os operários que, “sugestionados pelo irrefletido grupo, abandonam o trabalho cotidiano para se entregarem ao desvario nas ruas, em busca de promessa” daquele grupo, cujo objetivo principal não era resolver nada, mas “estabelecer irritações (e) criar prosélitos com o aumento da carestia de vida”. No final de seu pronunciamento, um pedido, uma acusação... e uma ameaça: (o governo) “pede a todos (...) que continuem a trabalhar e fujam às reuniões subversivas (sic), cujo objetivo é estabelecer a anarquia”, pois o governo se empenharia “em garantir a propriedade pública e particular contra os excessos condenáveis dos exaltados, assegurar a liberdade dos que quiserem trabalhar e manter a

ordem pública, caso seja perturbada por elementos subversivos”. O problema do operariado, no entanto, não era simplesmente “fruto de maquinações de grupos”, nem de “expedientes de cabala”. As insinuações de Manoel Borba não tinham sentido diante da mais comprometida das análises. Não passava de uma tática bastante utilizada, sempre, pelas autoridades constituídas, com o fim precípua de confundir o operariado, e o que é pior ainda, de arregimentar a opinião pública de uma população “sempre ordeira”, “pacífica” e sei lá o que, contra as chamadas idéias exóticas que não se coadunavam com o “espírito de nosso povo”. Mas vamos adiante.

No dia 7, 300 operários das oficinas da empresa Pernambuco Tramways em Santo Amaro aderem ao movimento grevista. Uma comissão é constituída pelos trabalhadores com o objetivo de entregar um ofício ao Superintendente daquela firma contendo algumas reivindicações. EDUARDO EDSTÁQUIO RAMOS, ABDON MARQUES DE OLIVEIRA, MANOEL MARTINS MOREIRA e JOSÉ BRAZ DE SOUZA, firmam o documento. Motorneiros e condutores abandonam seus carros em plena via pública, aderindo à greve dos operários da oficina da Tramways em Santo Amaro, e procuram a adesão de companheiros em serviço, paralisando um a um os carros daquela Companhia que ainda trafegavam. Em vista desses piquetes organizados, a repressão cai sobre os motorneiros e condutores de forma violenta. Forças policiais “em disparada pela rua do Imperador e praça da República (...) com a espada desembainhada”, tentam dispersar a todo custo o povo que se aglomerava naquelas imediações. A pancadaria não tinha endereço certo. Saem feridos JOÃO AUGUSTO DA SILVA, 24 anos, auxiliar do comércio; MANOEL BALBINO DE LIMA, 28 anos, cozinheiro; os motorneiros da chapas n.ºs 503, 661, 508; e o menor de 12 anos, RAUL SIMPLÍCIO.

As reuniões se generalizam e a sede do Sindicato de Ofícios Vários se transforma numa trincheira de luta. Diversas associações, ligas, uniões, sindicatos, redigem memoriais e mais memoriais, vezes exigindo aumentos de salários, vezes conclamando adesões dos trabalhadores ou organizações operárias que ainda não se pronunciaram. E devido mesmo à indiscutível liderança que o Sindicato de Ofícios Vários exerce no movimento, é nele que as autoridades civis e militares voltam suas atenções. Mais precisamente à figura de JOSÉ DOS SANTOS MINHOCAL, seu Presidente, que recebe

uma intimação para comparecer à chefatura de polícia, ao mesmo tempo que se exige a dissolução imediata de todas as reuniões de trabalhadores na sede daquele Sindicato. Nada feito. As reuniões continuam. E no mesmo dia, o chefe de polícia acompanhado por um batalhão de cavalaria, intima a desocupação do prédio. O Sindicato reage. Pela imprensa, lança-se uma nota de protesto, e frente à atitude das autoridades, dali por diante, a organização operária – diz a nota – não se responsabilizaria mais “pelos atos que os grevistas venham a praticar” em defesa de seus direitos e de sua integridade.

No exato momento em que grande número de grevistas se dirige à imprensa local para entregar a nota, o chefe de polícia, Antonio Guimarães, à frente de tropas policiais se acerca da sede do Sindicato, proibindo à força, a continuação das reuniões, sob o protesto de centenas de operários que, sem forças para reagir à altura, abandonam o local, se aglomerando nas suas imediações, até que se dispersam para outros pontos da cidade. Acusado de incitar os trabalhadores que somente “pretendem perturbar a ordem pública” e de ser o chefe principal do movimento grevista, é decretada a prisão de JOSÉ DOS SANTOS MINHOCAL.

A polícia transforma a cidade numa praça de guerra, com pelotões se espalhando pela Avenida Rio Branco, Praça da Independência, Rua do Imperador, Santo Amaro, Cabanga, Campina do Bode.

O povo pára. Os estivadores recusam-se terminantemente a carregar ou descarregar navios que se entulhavam ao longo do cais ou do lamarão.

Na rua do Imperador, entre o povo que se agrupava lado a lado da rua, os agentes de polícia JOSÉ NUNES DE ALMEIDA e HERMÓGENES CORDEIRO identificam José dos Santos Minhocal. Efetuada sua prisão, é recolhido à Casa de Detenção, incomunicável, à disposição das autoridades. E neste mesmo momento em que Minhocal é recolhido à prisão, o presidente da CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA DE PERNAMBUCO, Sr. JOÃO CÂNCIO, é chamado à presença do Chefe de polícia, para uma conversa sobre o movimento grevista.

O bate-papo ocorre nos aposentos particulares de Antonio Guimarães, no 2º andar do prédio onde funcionava a repartição Central da polícia. Condições um tanto estranháveis para um presidente de uma “Confederação Operária”. Mas, mais estranho ainda é o desenrolar das

conversações, presenciadas e testemunhadas, segundo A PROVÍNCIA, pelo construtor João Santos Melo e o operário João Regis. O desembargador começa admitindo a justeza das reivindicações operárias. Argumenta, no entanto, que o operariado deveria ter reivindicado em bases diferentes das que “foram apresentadas pelo Sindicato de Ofícios Vários”. A causa operária – segundo o Chefe de polícia – deveria ser confiada “a uma pessoa de (...) inteira confiança (do operariado) a fim de formular suas pretensões em conjunto com os patrões”. E para o desembargador, essa pessoa de confiança era o próprio João Cândio. Seria ele que deveria, na qualidade de Presidente da Confederação Operária, convocar uma grande reunião “onde fossem discutidas razoavelmente as bases para um acordo, devendo assisti-la um representante das autoridades. O Sr. João Cândio, naturalmente lisonjeado por tanta amabilidade e consideração do Chefe de Polícia, sugere que o próprio desembargador fosse o mediador na contenda entre operários e patrões. Dias depois a Confederação Operária de Pernambuco manda publicar um

CONVITE - Esta corporação operária contra gosto do espírito que presidiu seu ato a abandonar o campo de ação deixando-o franco a melhores orientadores desta nobilíssima campanha contra a carestia de vida, campanha que tomou a ombros com o fim de dirimir o estado aflitíssimo dos seus companheiros é forçado por circunstâncias imprevistas e solicitações (grifo nosso) a voltar a arena. Por isso, mais uma vez, convida as associações confederadas para uma reunião e que terá lugar (...) à rua Duque de Carias, nº 75.

Outrossim, este convite é extensivo às autoridades policiais (grifo nosso), aos operários que desejarem tomar parte na mesma e à imprensa.

Depois será nomeada uma comissão que irá se entender com um comerciante, um industrial, um construtor e um proprietário a bem dos interesses da classe.

A Comissão, Marcelino Cancio,
José Maria Alves dos Santos

Jeronymo da Matta.¹⁵

O movimento grevista parecia ter chegado ao seu final. O Sindicato de Ofícios Vários continuava com sua sede fechada, embora alguns associados tentassem alugar um outro prédio para seu funcionamento, encontrando recusas e mais recusas por parte de proprietários em cedê-los para aquela finalidade. João dos Santos Minhocal continuava incomunicável e ainda “à disposição das autoridades”. E em todos os cantos se falava no término do movimento grevista, na celebração de acordos entre operários e patrões, graças à mediação do Congresso Acadêmico e da Confederação Operária. Alguns grevistas, como os da Oficina da Pernambuco Tramways em Santo Amaro retomam ao trabalho, sem quaisquer condições. Voltaram simplesmente. Sentindo a desmobilização de seus trabalhadores, a Pernambuco Tramways resolveu dispensar os operários “recalcitrantes” que continuavam em greve, ou mesmo prendê-los quando retomassem às atividades. Quanto a isto, noticia-se que Dr. Eugenio Gudin, Superintendente daquela Companhia, fora responsável por algumas prisões de trabalhadores, que são “remetidos” à chefatura da Polícia. Sob a alegação de terem participado “do movimento sedicioso”, são encaminhados ao Chefe de polícia, ANTONIO MONTEIRO FILHO, chapa nº. 734, residente à Rua Real da Torre nº. 3; SATURNINO SERAPIÃO BEZERRA, chapa nº. 556, residente à Travessa Tobias Barreto nº. 3; CAMILIO PORPHIRIO, chapa nº. 585, residente à Rua de Hortas nº. 49; ANTONIO LOPES DA COSTA, chapa nº. 502, residente à Estrada João de Barros nº. 33; PROCOPIO JOAQUIM FERREIRA, chapa nº. 661, residente em Campo Grande; ALFREDO COSTA, chapa nº. 664, residente à Travessa Lopes nº. 7 - todos ex motorneiros. Após as prisões as oficinas da PT voltam a funcionar, os “tramcars” trafegam novamente pelas ruas da cidade, embora garantidos pela polícia.

A reunião convocada pela Confederação Operária se realiza. Embora não transcorresse tão calmamente como se poderia esperar, pois as críticas se sucedem.

Mais grevistas voltam ao trabalho: 270 operários da Fábrica Caxias, quase a totalidade dos operários da Fábrica Lafayette, alguns estivadores.

A propagação das greves

Respira-se um ar de “volta à normalidade”. Pelo menos na capital pernambucana. O que não acontece nas cidades vizinhas. Em Jaboatão, por exemplo, as coisas não corriam tão bem para os empregadores. Às onze horas do dia 11 de setembro, quatro operários das oficinas da Great Western encostam as ferramentas e, em silêncio se dirigem para quatro máquinas estacionadas no local. E de repente todas as máquinas apitam a um só tempo. Era o sinal. Cento e cinquenta trabalhadores abandonam o serviço, entregando à Direção da empresa uma petição na qual reivindicavam:

- a) aumento de 50% sobre o salário;
- b) limitação, do tempo de serviço para 8 horas diárias;
- c) abolição de empreitadas;
- d) 12 passes livres por mês para cada operário;
- e) garantia de não serem demitidos sem motivos justificados;
- f) garantia da metade do salário do operário por ocasião de doença.

Imediatamente Antonio Guimarães envia uma força policial para a cidade de Jaboatão, enquanto os quatro operários que acionaram os apitos das máquinas são demitidos à revelia.

Há um recrudescimento do movimento operário. Aqui no Recife, na Estação Central, ao saberem da notícia da parede de seus companheiros em Jaboatão, operários tentam paralisar os serviços. A intervenção da polícia frustra seus planos. O que não impede que operários grevistas do Sindicato de Ofícios Vários e da Construção Civil se dirijam àquela estação num gesto de apoio ao movimento.

Os operários e operárias da Fábrica de Tecidos da “Nova” Torre também se declaram em greve, cruzando os braços diante das máquinas, exigindo aumento de salário e fim dos maus tratos. Operários da “Antiga” Torre aderem ao movimento. Ato contínuo, redigem um memorial aos diretores e acionistas da fábrica nos seguintes termos:

Ilmos. srs. Acionistas e Diretores das Fábricas Velha e Nova Torre: - Saudações. Cremos que V. Sas. não desconhecirão o estado necessitado em que se acham o operariado da Torre.

Há muito que desejávamos rogar aos nossos patrões para que eles lançassem suas vistas, para esse estado misérrimo de vida e nos concedessem mais alguns vinténs no pouco ordenado que ganhamos. No entanto assim não fizemos. Soubemos então que V. Sas. procuravam fazer alguma coisa em prol de nosso bem estar.

Esperando, sem nada recebermos, julgamos que V. Sas. tivessem esquecido e por isso fomos demasiados na impaciência e ousados pelo sofrimento, perdemos a calma e levantamo-nos num protesto, mas pacífico, e é por meio da paz e em nome dos princípios humanitários que pedimos aos ilustres Srs., um aumento de 50% no nosso ordenado; readmissão dos companheiros injustamente dispensados do trabalho, não dispensar os companheiros tidos como cabeças da greve, porquanto não houve movimento grevista e sim todos a uma só voz, numa só coesão se levantaram e vieram pedir aquilo que garanta um pão mais suave e brando; dinheiro, aumento de salário.¹⁶

Em resposta ao memorial e atendendo “aos princípios humanitários”, dez praças sob o comando do tenente JOÃO RAMIRO, acorrem ao local.

Os carvoeiros das Casas Cury Brothers e Wilson Sons, voltam a reivindicar redução de jornada de trabalho, aumento salarial, pagamento em dobro aos domingos e feriados.

Em Jaboatão a greve atinge os trabalhadores da Usina Jaboatão. Em despacho telegráfico dirigido ao Chefe de Polícia em Recife, o delegado daquela cidade comunica:

Grupos grevistas tentaram tomar trem destino Nathan. Polícia não consentiu, dispersando-os. Reuniram-se distante cidade e seguiram usina Jaboatão intimando pessoal abandonar trabalho sob ameaça rebentar material. Pessoal usina aderiu. Fiz seguir para lá força garantir usina; O mesmo grupo seguiu destino usina Bulhões e Nathan. Até agora nada consta. Saudações. a) Carneiro - delegado.

A fim de reforçar o destacamento policial de Jaboatão, Antonio Guimarães envia mais 10 praças para aquela cidade. Enquanto isto, os grevistas firmam uma comissão composta por ODILON CRALIDRE, ALBERTO GAMA, ALBERTO SANCHO, PLACIDO MANOEL e SEVERIANO

MANOEL, que entregam pessoalmente ao Superintendente da Great Western, mister CASTLE, um ofício contendo suas reivindicações.

O movimento grevista atinge a cidade de Morena. Operários da Fábrica Vila Nathan também se declaram em greve. E em novo telegrama ao Chefe de polícia em Recife, o delegado de Jaboatão, confirmando a greve, volta ao assunto, acrescentando que os grevistas telegrafaram aos companheiros de Palmares e Cabedelo solicitando adesão ao movimento.

Enquanto as greves pareciam se alastrar no interior, sobretudo Jaboatão e Moreno, no Recife o Chefe de Polícia, o Presidente da Associação Comercial, a Confederação Operária de Pernambuco e o Congresso Acadêmico, tentam, por todos os meios, encontrar uma solução para as greves. Em 12 de setembro, a Associação Comercial convoca uma reunião a qual compareceram as firmas Lloyd Brasileiro, Cia. Navegação Costeira, Cia. Baiana, Cia. Maranhense, Cia. Paraense, von Sohsten, Casa Williams, Cory Brothers, Wilson Sons, a fim de discutirem as reivindicações dos estivadores. À tarde dá-se a publicação do acordo efetuado entre os agentes de Navegação e os estivadores: salário de 8\$000 por dia, 14\$000 por noite, domingos e feriados, horário das 7 às 17 com intervalo de 1 hora para refeições. Os carvoeiros também entram em acordo com os agentes de navegação: salário de 6\$000 por dia, 12\$000 por noite, domingos e feriados, horário das 6:30 às 13:00 com 1 hora para refeições.

As tentativas de acordo tornam-se mais freqüentes, embora alguns casos fiquem sem solução, como é o caso da Great Western, da Pernambuco Tramways, dos operários de oficinas de conservação, dos marceneiros. Nesta altura dos acontecimentos, o Congresso Acadêmico, na pessoa de JOSÉ LUNA, de EDGARD GUSMÃO, de RAPHAEL XAVIER, de BENTES DE MIRANDA e de EGNÝDIO DE SÁ, toma para si a função de “patrocinadora” das “legítimas aspirações das classes trabalhadoras”. Em reunião previamente marcada na Rua da Glória, nº. 224, se propõe a abrir discussões com os patrões acerca “das condições erigidas para a volta ao trabalho e a normalização” da vida econômica do Estado. Embora a proposta não seja aceita por alguns operários como HERMENEGILDO TIBURTINO DE SOUZA, que discorda frontalmente de que “qualquer classe fora do meio operário intervenha nas negociações entre empregados e patrões”, todas as associações, sociedades, uniões, sindicatos e oficinas sem representação,

aceitam a mediação dos congressistas, que passam a receber das comissões operárias memoriais que são remetidos pelo Congresso Acadêmico à atenção dos empregadores. Envia memoriais os operários da Serraria Moderna, Pernambuco Tramways; Usina Jaboatão, Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão, Sociedade dos Marceneiros e Classes Anexas. Ao Centro Acadêmico se transfere assim, todo poder de negociação.

Para o dia 15 de setembro o Centro Acadêmico convoca uma reunião de todas as organizações operárias e trabalhadores, a fim de que tomassem conhecimento do resultado dos entendimentos que fizera junto aos patrões. Ao prédio da Rua da Glória se dirigem centenas de trabalhadores e as organizações operárias, que a custo se acomodam no pequeno espaço. Um dos acadêmicos toma a palavra: de início lamenta, em nome do Congresso Acadêmico, a situação do operariado, atribuindo à guerra a causa da crise porque passavam os trabalhadores, etc., etc., e no final da reunião uma notícia lacônica: as negociações tinham fracassado.

Considerações sobre o movimento grevista

Cessado o movimento grevista que acompanhamos até aqui, algumas questões se impõem: o papel das organizações, seria uma delas; as relações do operariado com outras classes e camadas sociais, outra; fatores condicionantes de suas atitudes, uma terceira. O problema da ideologia operária que poderia ser enfocada aqui, preferimos fazê-lo na próxima oportunidade, o que aliás está sendo objeto de nossos atuais estudos.

Das organizações operárias que, de uma ou outra forma, como vimos, participaram do movimento grevista de 1917, registramos Sindicato de Ofícios Vários, União Operária de Afogados, Sociedade de Alfaiates, Sociedade dos Marceneiros e Classes Anexas, Associação dos Artistas Cívicos, Sociedade dos carpinteiros, Sociedade dos Estivadores, Sindicato da Construção Civil da Várzea, União dos Estivadores. Assim constatamos que das 9 organizações citadas, 4 eram Sociedades, 2 Uniões, 2 Sindicatos e 1 Associação. Deste modo, a maioria das organizações refletia formas embrionárias de luta mais assistencial. Os Sindicatos que representam um tipo de organização operária mais combativa, eram insignificantes em número. E só o setor da Construção Civil era organizado deste modo. Talvez aí se explique a combatividade do

Sindicato de Ofícios Vários e sua clara liderança em todo desenrolar do movimento. O que não existe nesta época (pelo menos não conseguimos registrá-las), são as chamadas Resistências Operárias, cujo aparecimento, segundo José Albertino Rodrigues¹⁷, corresponde a um período de efervescência, de agitação social e do anarquismo que cobre os anos de 1889-1919.

Por outro lado temos a Confederação Operária de Pernambuco, criada naturalmente com o objetivo de congregar todas as organizações operárias no Estado. Mas a posição da COP mostra-se logo no início do ano bastante dúbia e comprometida com a luta política da classe dominante desenvolvida no Estado. Já em janeiro, a Confederação, através de João Cândio e Pedro Mello, participa ativamente das “comemorações cívicas” que marcam o desembarque, no Recife, do general Dantas Barreto, transformando inclusive em feriado aquele dia “para maior brilhantismo das festas ao inclito general”, solicitando a participação de todos os operários, como “prova de (...) imensa gratidão (...) pelo muito que fez a Pernambuco, durante o período de seu governo”.¹⁸

O nome da COP ressurgiu na Imprensa, só em agosto ao convocar uma reunião à Rua de Hortas, 41, sobrado, na sede da Sociedade Literária Theotônio Freire. Desta reunião sai um memorial que seria entregue ao Governador Manoel Borba, solicitando solução para a carestia de vida. Ora, o próprio Manoel Borba, em entendimento com o Presidente da Associação Comercial de Pernambuco antes já deliberara sobre uma reunião que faria promover com as classes operárias sobre o mesmo assunto e com o mesmo objetivo, prometendo, na ocasião, uma entrevista com industriais do Estado para conseguir aumento de salário para todos os operários. A COP apenas se antecipara, caldeando-se à frente do Governo naquelas medidas paliativas.

As posições assumidas pela COP são alvos de críticas e reações. A primeira reação, partira no comício promovido pelo Sindicato de Ofícios Vários que tem lugar na Praça da Independência, na qual são apresentadas as reivindicações do operariado (páginas atrás). E isto ocorreria depois que o Sindicato de Ofícios solicita daquela organização, sua solidariedade ao movimento que se alastrava, cuja resposta, publicada na imprensa, merece ser transcrita:

Tendo uma comissão do Sindicato de Ofícios Vários solicitado o nosso apoio e solidariedade para a greve declarada pelos operários filiados àquela associação, declaro em nome do Presidente da Confederação Operária que apesar de não ser a nossa sociedade contrária ao movimento grevista, julga conveniente aguardar a resposta do memorial enviado ao exmo. Governador do Estado, de quem as classes trabalhadoras esperam solução (grifo nosso) para a pungente situação em que se debatem. Cientifica que serão delegados poderes a diversos consócios para que se entendam nome da Confederação Operária com o exmo. Sr. Dr. Governador do Estado sobre esse momentoso assunto (...).¹⁹

Dai por diante a Confederação é uma grande ausente na luta operária, só retornando à atividade, de público, por ocasião da prisão do Presidente do Sindicato de Ofícios Vários. E neste sentido não está sozinha na tentativa de alijar o controle da greve das mãos desse Sindicato. Os bacharelados, através de seu Centro Acadêmico, fazem-lhe coro na função “patrocinadora (das) legítimas aspirações das classes trabalhadoras”.²⁰ Não sem razão, alguns operários mais esclarecidos tomam posição contra essa “aliança”.²¹

Mais adiante, na reunião proposta pela COP com o apoio do Congresso Acadêmico, alguns operários rejeitam categoricamente a proposta de Francisco Sobral, Presidente deste último, que defende como principal e primeiro passo para o acordo entre operários e patrões, a volta imediata dos trabalhadores ao serviço. São contra a proposta, Pedro Bezerra do Monte, pedreiro, e os estivadores João de Carvalho e Maia Ferraz.²²

Finalmente, em 12 de setembro, na reunião convocada pelo Congresso Acadêmico, reunião que de qualquer maneira seria o desfecho do movimento grevista, o operário Hermenegildo Tiburtino de Souza, tomando a palavra, discorda sozinho, da intervenção de outras classes no movimento operário, pois que “não podem sentir os sofrimentos dos trabalhadores”. Admite o fracasso da luta, justificando que “o que faltava ao operariado brasileiro, era a união e firmeza tão peculiares nas mesmas classes européias e americanas”.²³

Certamente “faltava união e firmeza”. Mas a própria conjuntura econômica era a responsável por aquela situação operária. O processo de industrialização, não se tendo ainda definido, dava seus primeiros passos, como davam seus primeiros passos os operários. As próprias formas de

organização do operariado, estruturada em bases locais e/ou por ofícios, são formas reveladoras daquela fase de desenvolvimento que falamos acima, como são reveladoras as formas de luta, caracterizada pelo “economismo” e “espontaneísmo” das greves. Enquanto a falta de união reflete o primarismo daquelas formas de organização, a falta de firmeza revela o nível ainda embrionário de sua consciência.

As categorias profissionais que aquelas organizações representam, apenas confirmam a preponderância de ofícios tradicionais pertencentes, em sua grande parte, ao setor secundário: carpinteiros, pedreiros, marceneiros, ferreiros, pintores. E não é por acaso que são exatamente estas categorias que primeiro se organizam e demonstram um maior espírito de luta.

No que se refere às atitudes operárias, é bom observar que as negociações diretas, sem serem exclusividades anarquistas, não são constantes no movimento. Aquelas serão utilizadas, quando se frustram as tentativas de negociações com próprio Poder Político, que deve, segundo grande parte dos trabalhadores, tomar providências “contra a carestia de vida”. Quer dizer, admitiam que a causa da crise era mais um problema de administração e de política econômica, do que resultado de uma infra-estrutura determinada. Daí nenhuma crítica ao Capitalismo, o que nos causa estranheza, sobretudo se levarmos em conta o estágio em que se encontrava o movimento operário em Pernambuco, naquela fase.

Necessariamente, isto seria superado – ou se preferem, negado, utilizando este termo na acepção dialética tão em voga – alguns anos mais tarde, pois a luta da classe operária em Pernambuco não pararia aí.

Notas

¹ A Província, Recife, 06.01.1917.

² Idem, 01.05.1917.

³ Idem, 18.05.1917.

⁴ Idem, 29.07.1917.

⁵ Idem, 29.07.1917.

⁶ Idem, 29.07.1917.

⁷ Idem, 19.08.1917.

⁸ Idem, 16.08.1917.

⁹ Idem, 17.08.1917.

¹⁰ Idem, 01.09.1917.

¹¹ Pedro Alexandrino da Silva. declara em 7 de setembro pela imprensa que negava seu apoio moral e intelectual à luta operária, “por ter o movimento grevista se afastado das suas idéias socialistas”. (Cf. Jornal do Recife, ed. vespertina, 07.09.1917).

¹² A Província, Recife, 05.09.1917.

¹³ Idem, 05.09.1917.

¹⁴ Idem, 05.09.1917.

¹⁵ Idem, 06.09.1917.

¹⁶ Idem, 09.09.1917.

¹⁷ Cf. José Libertino Rodrigues: Sindicato e desenvolvimento no Brasil. p. 8.

¹⁸ A Província, Recife, 13.09.1917.

¹⁹ Idem, 03.01.1917.

²⁰ A Ordem, Recife, 04.09.1917. A nota é assinada por Ludgero de Carvalho como secretário da COP.

²¹ Vemos que não é nova a posição de estudantes de se engajarem no movimento Operário. Nem nova nem pouco nociva para a :própria classe operária, ou porque freiam esse movimento ou porque pretendem ser sua vanguarda, o que não é.

²² A Província, Recife, 10.09.1911.

²³ José dos Santos Minhoca I, já solto nesta época, declara não ter uma posição definitiva sobre o assunto. (Cf. A Província, de 11.09.1917).

Referências Bibliográficas

Periódicos

1. Imprensa Oficial. Recife, 1917.
2. Jornal do Recife (Edição matutina). Recife, 1917.
3. Jornal do Recife (Edição vespertina). Recife, 1917.
4. Lucta (A). Recife, 1917.
5. Ordem (A). Recife, 1917.
6. Província (A). Recife, 1917.

Livros

- ABENDROTH, W. A História social do movimento trabalhista europeu. Trad. Ina de Mendonça, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- A. C. O 100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1971.
- ALEXANDER, Robert. A organização do trabalho na América Latina. Trad. Rodolpho Konder, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clovis; ANDRADE, A. T. O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BEZERRA, Gregório. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Vol. 1: 1900-1945.
- CARONE, Edgard. A República Velha; Instituições e classes sociais. 2. ed., São Paulo: Difel, 1972.
- DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. 2. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935. Trad. César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das lutas operárias no Brasil. 2. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

PIMENTA, Joaquim. Retalhos do passado: episódios que vivi e fatos que testemunhei. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Fº, 1949.

RODRIGUES, Edgar. Trabalho e conflito (Pesquisa histórica): 1900-1935. [s.n.t.].

RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difel, 1966.